



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

BALCÃO VIRTUAL

Uma nova modalidade de atendimento para
ampliar o acesso do cidadão ao Poder Judiciário



NESTA EDIÇÃO

- Visual Law
- Compartilhamento de Imóveis
- Telefonia em Transformação
- Profissionais da Saúde na Pandemia
- Combate ao Assédio
- Sítios Paleontológicos em SP

A DOSIMETRIA NOS TEMPOS DA COVID-19: UM RELATO, UM CONVITE

Quinze meses distantes uns dos outros. O isolamento nos impôs uma mudança no ritmo e na forma de exercer a profissão. Ainda que o trabalho do juiz seja, por natureza, solitário, a falta dos momentos de convívio, de debate, de troca de ideias, fez instalar os efeitos da solidão. Procurava eu alguma alternativa, diante da dificuldade em manter a concentração. A resposta estava mais próxima do que imaginara.

Como bem apreendeu o escritor norte-americano David Foster Wallace, *“a realidade mais óbvia, ubíqua e vital costuma ser a mais difícil de ser reconhecida. Enunciada dessa forma, a frase soa como uma platitude – mas é fato que, nas trincheiras do dia a dia da existência adulta, lugares comuns banais podem adquirir uma importância de vida ou morte.”* (A liberdade de ver os outros. Revista Piauí, ed. n.º 25, de outubro de 2008).

Abrindo o *GroupWise*, recebo a notícia de que a EMAG iria iniciar um curso de “Dosimetria da Pena Criminal”, conduzido pela juíza federal Renata Lotufo e pelo desembargador federal Nino Toldo. Conhecedor da competência da Dra. Renata e do Dr. Nino, fiz a inscrição. O que vim a experimentar, todavia, foi nada menos do que excepcional.

Nas duas primeiras semanas, nos reunimos em grupos de cinco juízes, cada qual responsável por estudar um caso. O resultado dessas interações seria discutido com os demais cursistas, nas outras duas sema-

nas, quando pudemos ouvir, com maior profundidade, as considerações do Dr. Nino.

No “Grupo 5”, conheci as juízas Márcia Rúbia e Júlia, os juízes David e Pablo; nas aulas ampliadas, pude encontrar a Carolline, companheira de AJUFE, e rever antigos conhecidos, como o Alexandre Berno, colega de X Concurso.

O contato com os mais jovens, a satisfação com a troca de ideias, com o falar, ouvir, dividir um debate com propósito comum, tudo tornou o curso muito mais rico de significado. Compartilhar experiências, dúvidas e perplexidades, em um ambiente seguro, fez com que as aulas ultrapassassem o aprimoramento técnico, servindo também como estímulo, como um momento para refazer conexões com pessoas que estão passando pelos mesmos desafios, nesse período difícil.

Os encontros se davam nas manhãs das terças-feiras. Os debates escritos, feitos ao longo da semana, aconteceram com elevação intelectual, permitindo o aprofundamento na nossa matéria de estudo – e aqui, resalto, sem nos sobrecarregar, sem exigir longos textos, que ninguém acaba lendo.

O caso do mafioso “Dmitri”, contrabandista de vacinas *Sputnik V*, já está, para sempre, nas minhas boas recordações – era, ou não, de se reconhecer o relevante valor moral? Senti-me, de fato, estimulado a participar dos fóruns, a colaborar com ideias novas, a ler as percucientes manifestações de

todos. Deu para sentir orgulho das juízas e juízes da 3ª Região.

Agradeço à Dra. Therezinha Cazereta, diretora da EMAG, e aos nossos tutores, pelo brilho, dedicação e energia, demonstrados nessas quatro semanas. Faço votos de que esse método *pioneiro* – nas palavras do Dr. Nino – se espraie, em cursos que vierem a ser proporcionados a juízes e servidores.

Aos juízes diretores da Seção Judiciária, Márcio Catapani, Letícia Lopes e Samuel Melo, meu muito obrigado por este espaço, que me permite fazer o convite, a juízes e servidores, para que estejam abertos às atividades das nossas Escolas: realidades tão próximas, com potencial transformador, que muitas vezes não conseguimos reconhecer.

Boa leitura a todos!

Marcelo Freiberger Zandavali
Juiz Federal
Diretor da Subseção Judiciária de Bauru



Márcio Ferro Catapani
Juiz Federal Diretor do Foro

Letícia Dea Banks
Juíza Federal Vice-Diretora do Foro
(capital)

Samuel de Castro
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(interior)

Marcia Tomimura
Diretora da Secretaria Administrativa

Subsecretaria de Comunicação,
Conhecimento e Inovação
Gisele Molinari Fessore (diretora)

Núcleo de Comunicação Social
Hélio Martins Júnior (diretor)

Seção de Multimídia e Audiovisual
Javã de Carvalho (supervisor)
Edson Nagase
Mariana Galluzzi de Sá

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Sergio Ricardo Quaranta

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-4380 e 4381
Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

COMPARTILHAMENTO DE IMÓVEIS POR ÓRGÃOS FEDERAIS

No dia 17 de fevereiro deste ano, o Ministério da Economia publicou a Portaria nº 1.708/2021, que disciplina o compartilhamento de áreas e rateio de despesas comuns em imóveis utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Com a publicação do ato, foi normatizada a formalização dos acordos que deverão ser feitos mediante assinatura de Termo de Compartilhamento para estabelecer, por exemplo, como serão divididos os custos com locação de imóveis, serviços de água e esgoto, energia elétrica, manutenção e conservação de bens imóveis e outras despesas compartilhadas entre aqueles que ocupam o mesmo imóvel.

Em matéria publicada no site do Ministério da Economia, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Andrade, afirmou que “agora temos um sistema eletrônico que obriga os órgãos públicos a registrar o endereço, quantas pessoas trabalham ali etc., possibilitando identificar novas possibilidades de compartilhamento [...]. O sistema identifica órgãos que estão próximos e que podem ocupar o mesmo prédio”.

O compartilhamento de imóveis já é uma realidade na Seção Judiciária de São Paulo há algum tempo, bem antes da referida portaria ser publicada. Por exemplo, um modo tradicional é o compartilhamento de espaços com instituições financeiras como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. É muito comum postos de atendimento bancário (Pabs) e caixas eletrônicos nos prédios dos fóruns.

“Mais recentemente, também temos adotado outras medidas de compartilhamento, a exemplo dos espaços para servidores de outros órgãos públicos trabalharem em nossas instalações, como é o caso do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União”, disse o juiz federal Márcio Ferro Catapani, diretor do Foro.

Até o fechamento desta matéria, o compartilhamento formal de imóveis nos moldes do que foi proposto pela portaria do Ministério da Economia, com o rateio das despesas, ainda não era uma realidade na Justiça Federal de São Paulo. Mas isso deve mudar num futuro próximo.

Dentre as iniciativas nesse sentido destaca-se a mudança do Fórum de Taubaté para um imóvel onde funciona a Receita Federal na cidade. “Será num prédio muito bom e maior, que abrigará três órgãos públicos (agência da Receita, o MPF e a Justiça Federal). Acredito que, em breve, até setembro deste ano, nos mudaremos para lá”, disse o juiz.

Tal medida deverá trazer economia aos cofres públicos. “A mais óbvia talvez seja com o aluguel. Como estamos tratando de um imóvel alugado, deixaremos de ter esse tipo de despesa, afinal, em tese, estamos falando de órgãos públicos federais que se utilizam de um mesmo ‘grande cofre’, de onde saem os gastos do MPF, INSS, Receita etc.”.

Mas não é só isso. Haverá economia também com os serviços contratados (terceirizados). “Quando temos dois ou três órgãos dividindo o mesmo espaço, haverá menos necessidade de pessoas trabalhando na

vigilância, limpeza e suporte operacional do que se esses órgãos estivessem em prédios separados, ainda que menores”, ressalta Márcio Catapani.

De acordo com a Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura (UMIN), somente com a desocupação do imóvel em Taubaté haverá uma economia aproximada de R\$ 1,3 milhão por ano com locação, uma vez que o valor mensal do aluguel é de R\$ 113 mil. Já no caso da vigilância, segundo informações do Núcleo de Segurança Institucional (NUSE), a economia será em torno de R\$ 400 mil ao ano.


Outros fóruns, como é o caso de Guaratinguetá, Registro e Andradina, estão com a previsão de receber o MPF em suas instalações, proporcionando mais economia aos cofres públicos. No Fórum de Sorocaba, que já compartilha o espaço com o órgão, as despesas e a locação são totalmente independentes.

Para o diretor do Foro, a Portaria ME 1.708/2021 traz um regime mais claro e definido sobre como será o compartilhamento de despesas e espaços. “Antes tínhamos menos clareza com relação a esses parâmetros. Portanto, isso vai facilitar a prática dessa medida pelos órgãos públicos”. Nessa mesma linha, a supervisora da Seção de Processamento e Acompanhamento de Contratos Imobiliários (SUPI), Flávia Navarro Queiroz, afirma que a portaria “abre possibilidades de otimização de espaços e recursos, podendo gerar economia e facilidades nos serviços”. ■


A íntegra da Portaria ME 1.708/2021 pode ser acessada no site do Governo Federal em www.in.gov.br

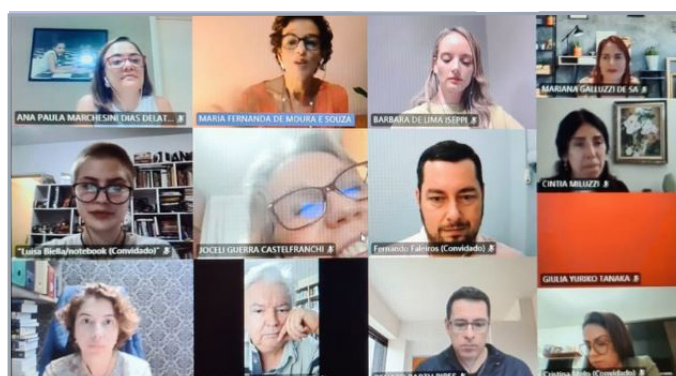
ACONTECEU – ABRIL/MAIO



EVENTO – No dia 14/4 foi realizada a palestra virtual “A Cultura da Paz entre o Direito e a Literatura”, ministrada pelo desembargador Alfredo Attié Júnior, do TJSP. 




BALCÃO VIRTUAL – A 3ª Região inaugurou, no dia 19/4, o Balcão Virtual - modalidade que viabiliza o acesso dos usuários às secretarias das varas por meio de videoconferência. 



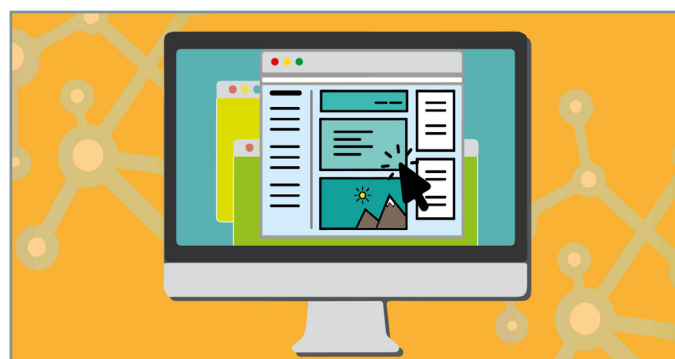
DEBATE - Aconteceu, no dia 3/5, a roda de conversa “Precisamos falar sobre assédio”, que contou com a participação do pesquisador e doutor em psicologia Fernando Faleiros.



INOVAÇÃO – No dia 14/5 foi realizada a miniconferência "Pesquisa Inovadora da Biblioteca", que apresentou formas de se encontrar os melhores resultados na busca por informação. 

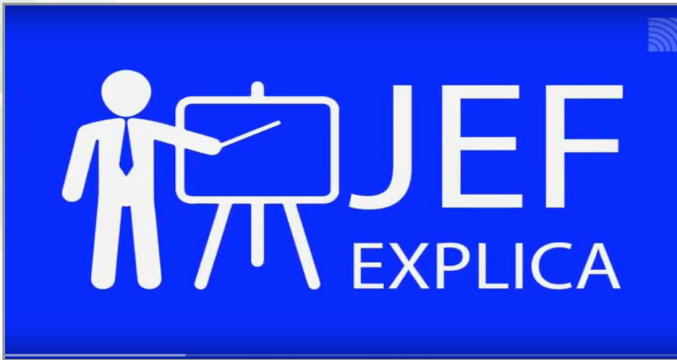


SUSTENTABILIDADE – O iJusLab promoveu, no dia 20/4, uma miniconferência para debater a construção de um plano de resíduos sólidos que contemple a realidade das subseções da SJSP.



WEB – O Núcleo de Comunicação Social realizou, nos dias 19 e 20/4, uma reunião com os gestores de conteúdo da internet e intranet para apresentar o cronograma de modernização das páginas da JFSP.

 Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.



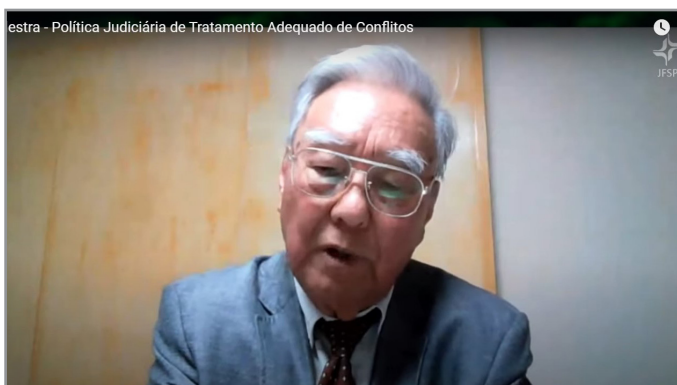
JEF EXPLICA – No dia 26/4, foi lançado o primeiro vídeo da série “JEF Explica”, com orientações aos usuários externos sobre os temas que mais geram dúvidas em relação ao funcionamento dos Juizados. 📺



PALESTRA – No dia 28/4, o promotor do Ministério Público de Minas Gerais, Elkio Uehara, ministrou uma palestra virtual sobre Justiça Restaurativa. 📺



TECNOLOGIA – No mês de maio a Seção Técnica de Telecomunicações lançou um tutorial para a instalação do aplicativo WhatsApp Business, visando melhorar os canais de comunicação com advogados e jurisdicionados.



EVENTO – Aconteceu, no dia 11/5, a palestra “Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos”, ministrada pelo professor da USP, Kazuo Watanabe. 📺



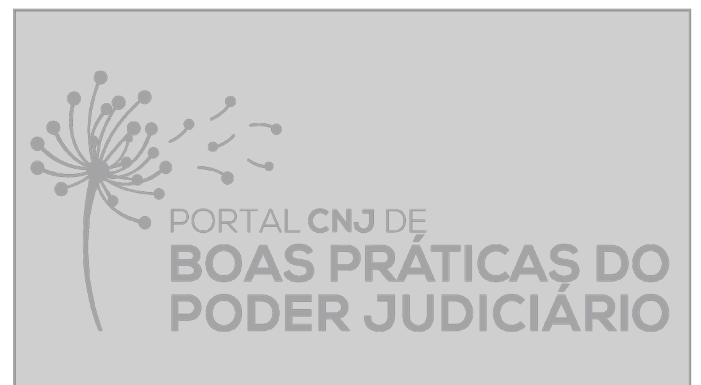
PARCERIA – O CJF firmou um acordo de cooperação para a expansão da Plataforma Digital do Poder Judiciário, ferramenta que disponibiliza soluções de automação do PJe e uso da inteligência artificial.



BI – Nos dias 4 e 6/5, o TRF3 apresentou a juízes e servidores as funcionalidades do Painel de *Business Intelligence* (BI) – Estatística de Movimentação Processual do 1º Grau.



MINICONF – O iJuspLab promoveu, no dia 30/4, uma miniconferência em que foram apresentados os processos de trabalho do Núcleo da Escola de Servidores e os desafios superados durante a pandemia. 📺




BOAS PRÁTICAS – No dia 4/5 o CNJ aprovou a inclusão de cinco boas práticas de governança de TI da 3ª Região no Portal do Poder Judiciário.


DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 


13/05 – DECLARAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS DE MINISTRO GERAM DANOS MORAIS COLETIVOS

A União Federal foi condenada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 200 mil como forma de reparação pelos danos morais coletivos causados por declarações discriminatórias do ministro da Educação, Milton Ribeiro, contra a população LGBTI+, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo no dia 24/9/2020. 

11/05 - OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HOTEL EM ÁREA DE MANGUEZAL EM SÃO SEBASTIÃO É SUSPensa


Liminar foi deferida em pedido formulado pelo Ministério Público Federal para determinar a imediata suspensão das obras de ampliação do Juquei Beach Hotel, em São Sebastião/SP, por envolver Área de Preservação Permanente (APP), localizada em terreno de marinha nas margens do Rio Juquehy. 

07/05 - PROVAS COLETADAS EM DESACORDO COM A LEI GERAM ABSOLVIÇÃO DE ACUSADO


A 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP julgou improcedente a ação proposta contra um homem que teria tentado colocar em circulação notas falsas de dólares, uma vez que os procedimentos para a coleta e custódia das provas (cédulas) foram feitos em desacordo com o que prevê a lei. 

06/05 - SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS OBTÉM LIMINAR PARA COMPRA DE VACINAS CONTRA COVID-19


No pedido, o Sindicato argumentou que atua em prol de seus substituídos, que exercem atividades essenciais, dentre as quais o comércio de bens e serviços, incluindo alimentos, bebidas, produtos de

limpeza, higiene e construção civil. 


03/05 – EQUINO NÃO PODE SER SACRIFICADO ANTES DE RETESTE PARA ANEMIA INFECCIOSA

Autora da ação alegou que um fiscal do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento coletou uma amostra de sangue do cavalo, teste que detectou a anemia infecciosa equina, e que, devido ao resultado, determinou a interdição do local e a marcação da eutanásia do animal. 

30/04 - UNIÃO NÃO PODE PROMOVER CAMPANHAS PARA TRATAMENTO PRECOCE CONTRA COVID-19


A magistrada ressalta que os documentos nos autos indicam que, aparentemente, a campanha com os influenciadores pelo “atendimento precoce” está inserida dentro do contexto de várias ações da União a fim de estimular o tratamento precoce, sendo, pois, “fartas as menções governamentais nesse sentido”. 

29/04 - REJEITADA AÇÃO PARA CONDENAR RESPONSÁVEIS POR TORTURA E MORTE NA DITADURA


Segundo a juíza da 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo, não cabe ao Juízo de primeira instância revisar o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, recebendo denúncia por fatos ocorridos há 46 anos e declarados anistiados por lei válida e constitucional. 

28/04 – LIMINAR PARA MANUTENÇÃO DE CARGOS NO IFSP É INDEFERIDA


O MPF alegou inconstitucionalidade e ilegalidade de um decreto de 2019 que extinguiu 56 cargos na instituição. Sustentou que é reservada à lei a criação e

extinção de funções e cargos públicos e que o decreto prejudica não só os servidores que terão redução de remuneração, mas também a comunidade acadêmica. 


22/04 - MUTUÁRIA DA CAIXA OBTÉM REDUÇÃO NO VALOR DE PARCELA DE FINANCIAMENTO

A autora firmou um contrato com a CEF através do programa carta de crédito individual com utilização do FGTS, através do qual adquiriu um imóvel no valor de R\$ 135 mil. Alegou que o valor da parcela foi fixado dentro de um limite de até 30% de sua renda, mas que perdeu seu emprego e teve a renda diminuída. 

12/04 - LIMINAR GARANTE MATRÍCULA DE ESTUDANTE QUE NÃO ESTÁ EM DIA COM A JUSTIÇA ELEITORAL

O autor da ação alegou que foi impedido de efetuar a matrícula no curso de mecânica por não estar em dia com a Justiça Eleitoral, devido ao fato de ter tido uma condenação criminal transitada em julgado. Embora tivesse cumprido integralmente a pena privativa de liberdade, restou a multa pecuniária imposta pelo Juízo Criminal. 

05/04 – INDEFERIDA LIMINAR PARA BLOQUEIO DOS VALORES NÃO RECLAMADOS DA MEGA-SENA

O autor da ação popular alegou que o Decreto-Lei nº 204/1967, usado pela CEF para declarar a prescrição do direito de recebimento do prêmio, foi editado quando ainda não haviam apostas pela internet, nem a possibilidade de identificação do apostador. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.



VISUAL LAW

Pense em como seria utilizar recursos visuais como fluxogramas, ilustrações, imagens e ícones em decisões judiciais, mandados ou petições para facilitar a compreensão de termos jurídicos e tornar a comunicação mais objetiva e acessível. Essa é a proposta do *Visual Law*, conceito que visa melhorar a prestação do serviço jurisdicional por meio do aprimoramento e simplificação da comunicação para o destinatário final.

O *Visual Law* deriva de outro recurso do design adotado pelo Direito, o *Legal Design*, que nada mais é do que a aplicação das técnicas do *design thinking* ao mundo jurídico. “O *Legal Design* é uma metodologia em que você coloca o usuário do serviço jurídico no centro, ou seja, você pensa sempre na melhoria do serviço pela perspectiva do usuário. O *Visual Law* é um dos ramos do *Legal Design* em que o foco é dado na eficiência da comunicação”, explica o juiz federal Caio Moysés de Lima, coordenador da Inovação na JFSP.

Nos últimos dois anos, a aplicação de elementos gráficos no mundo jurídico tem ganhado força entre advogados, juízes, desembargadores, procuradores e demais operadores do Direito no Brasil. Contudo, o *Visual Law* não está focado apenas na parte estética e visual do documento, a maneira como o conteúdo é apresentado também é importante.

“Dentro do *Visual Law* existe algo que chamamos de linguagem simples, ou seja, não adianta melhorar a apresentação visual dos seus documentos se a linguagem continua sendo complexa. É preciso mudar também o conteúdo sem perder a qualidade. Esse

é um grande desafio, mas é justamente aí que entram as técnicas de design, pois elas reconstróem o problema da comunicação do zero para que seja melhor compreendido e resolvido”, pontua Caio Moysés.

No Judiciário, o *Visual Law* pode ser aplicado a todo documento que é utilizado para comunicação com as partes ou com outros atores do processo. Por exemplo, na elaboração de mandados de citação/intimação para que se possa identificar as informações de forma clara e precisa; ofícios, petições e comunicados mais objetivos e visualmente simples de compreender; sentenças e acórdãos com linguagem mais acessível; relatórios e inquéritos policiais de operações complexas mais fáceis de serem analisados pelos magistrados, entre outros.

Na Justiça Federal da 3ª Região há um projeto em andamento para disseminar o conhecimento do *Visual Law*. “Contratamos um curso que será feito com duas turmas, nos meses de junho e outubro. A ideia é passar os conceitos fundamentais de *Visual Law* e também desenvolver projetos para melhor compreender o assunto. Em cada uma dessas turmas haverá dois projetos práticos de interesse imediato da Justiça. É um curso que envolve teoria, mas vamos aprender sobre o *Visual Law* na prática”, destaca o juiz coordenador da Inovação.

Caio Moysés também afirma que esse curso, realizado em parceria com a Escola de Magistrados da 3ª Região (EMAG), ocorrerá em conjunto com outro curso de redação de ementas. “Esse é um complemento importante e, por isso, vamos incluir nesse pacote



de aprimoramento da comunicação um curso de redação de ementas jurisprudenciais para melhorar a forma como redigimos nossas decisões”. Há também planos para a contratação, neste ano, de um curso de linguagem simples em parceria com a EMAG.

O magistrado ressalta que todas essas iniciativas poderão, ainda, contribuir para um projeto da Corregedoria Regional da 3ª Região nas atividades dos oficiais de Justiça. Uma das ideias é aproveitar esses conceitos para melhorar a forma de apresentação dos mandados judiciais, desde a linguagem usada até os aspectos visuais do documento.■

Legal Design

O *Legal Design* surgiu há alguns anos e uma de suas maiores expositoras é a professora Margaret Hagan, do Legal Design Lab da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Ela passou a observar a forma de pensar dos designers na resolução de problemas complexos e fez a conexão com a área jurídica. Percebeu como a ligação entre Direito, Design e Tecnologia poderia promover a construção de soluções inovadoras para prestar um serviço jurídico com foco no ser humano.

BALCÃO VIRTUAL

Com o objetivo de tornar permanente o acesso remoto dos usuários às secretarias das varas em todo o país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu, em fevereiro deste ano, o “Balcão Virtual”. A iniciativa, que integra o Programa Justiça 4.0, faz parte do processo de transformação digital do Judiciário brasileiro e visa facilitar o acesso do cidadão às unidades jurisdicionais por meio de videoconferência.

Por ocasião da aprovação do projeto, o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, ressaltou que, enquanto persistirem as restrições sanitárias, o Balcão Virtual irá se somar às demais formas de atendimento disponibilizadas pelos tribunais (telefone, e-mail, aplicativos de mensagens etc). “Após a pandemia, constituirá mais um canal de atendimento disponível a critério das partes, que em praticamente todos os aspectos simulará o atendimento que seria prestado no balcão da serventia, com as inegáveis vantagens de reduzir os custos indiretos do processo com, por vezes, desnecessários deslocamentos às sedes físicas dos fóruns”, disse o ministro.

A medida foi regulamentada pela Resolução CNJ nº 372/2021. O normativo estabelece que os sites dos tribunais devem disponibilizar links de acesso para o atendimento virtual, realizado por servidores de cada órgão durante o horário de expediente. Para apoiar a implantação nacional do novo serviço, foi autorizado que os tribunais adotem as ferramentas de videoconferência já utilizadas em audiências, implantem uma nova solução ou busquem consultoria junto ao CNJ para utilização de ferramenta em software livre.

A plataforma, que já chegou a todos os segmentos do Judiciário (Justiça Federal, Estadual, do Trabalho, Eleitoral e Militar), tem trazido bons resultados. Entre os principais benefícios apontados pelas partes e advogados, está o atendimento personalizado em meio às restrições impostas pela pandemia; diminuição da poluição e do trânsito devido à redução dos deslocamentos; economia de tempo e de recursos; agilidade do serviço e a segurança de ser atendido por um servidor da Justiça.

3ª Região

A Justiça Federal da 3ª Região inaugurou o Balcão Virtual no dia 19/4, instituído por meio da Resolução PRES nº 407/2021. A ferramenta está disponível no site do TRF3 e das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde o usuário tem acesso a uma relação de secretarias e unidades judiciárias das quais ele pode solicitar atendimento clicando no respectivo link, além de um manual com orientações sobre como utilizar o novo recurso.

Cada unidade judiciária possui uma sala virtual na plataforma *Microsoft Teams* para atender o público externo. Ao clicar no link, o usuário pode falar diretamente com um servidor por videoconferência, durante o horário de atendimento: das 12h às 19h, no estado de São Paulo; e das 11h às 18h, em Mato Grosso do Sul.

Se houver o acesso simultâneo de mais de um usuário, o atendi-



to se dará pela ordem de chegada. Os demais usuários ficam aguardando em uma sala de espera virtual. Na hipótese de indisponibilidade do link de acesso, o atendimento é realizado por telefone, e-mail ou, se possível, de forma presencial. Outro dado importante é que o Balcão Virtual não substituiu o sistema de petição eletrônico, sendo vedado, portanto, o seu uso para o protocolo de petições e despachos.

A diretora do Juizado Especial de Franca/SP, Adriana Carvalho, relata que a implantação do Balcão Virtual gerou, como em qualquer mudança, uma certa insegurança no início, que foi superada pouco tempo depois. “Foi uma agradável surpresa. Após os ajustes de horários com os servidores, iniciamos o primeiro dia já com alguns atendimentos. Primeiramente os advogados e, aos poucos, os interessados nos processos começaram a fazer uso do Balcão Virtual. Creio que isso trouxe uma certa tranquilidade para todos. O uso dessa ferramenta ainda não é tão frequente se comparado ao atendimento por e-mail, mas as experiências que tivemos foram excelentes e creio que cairá no gosto dos usuários”, frisa Adriana.

No caso da 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo/SP, o novo serviço também trouxe mudanças, conforme explica a diretora de secretaria, Vania Folles Bergamini Franco. “Nossa rotina precisou de uma certa flexibilidade para acomodar demandas pessoais que surgiram simultaneamente ao horário de atendimento, na medida em que o trabalho dos pais, a escola e o cuidado com filhos pequenos foram transportados para o ambiente doméstico. No entanto, a colaboração sempre presente na equipe possibilitou a prontidão de pelo menos um servidor para o atendimento, em todo o período”.

Entre os benefícios da implantação do Balcão Virtual, Vania destaca a possibilidade de esclarecer as dúvidas da população de forma mais rápida, simples e direta. “Nem sempre somos contatados por advogados, portanto um contato ‘online’ permite que o atendido se expresse com a clareza necessária para ter sua dúvida sanada. Outra vantagem que pudemos observar é que para muitos jurisdicionados, e até para advogados, conversar com o servidor parece trazer mais segurança e transparência acerca da efetiva atuação do Judiciário, ainda que em trabalho remoto”.

Essa percepção é confirmada pelas mensagens que a 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo têm recebido de advogados que estão utilizando o serviço. “Ontem fiz uso do Balcão Virtual e o sistema funcionou muito bem. A espera foi de apenas 3 minutos e fui muito bem atendida pela servidora. No meu caso, ela precisou entrar em contato com outra servidora. No final do dia acessei o sistema novamente e soube

que a questão foi devidamente encaminhada. Se fosse dar uma nota pelo atendimento, daria 10!”, escreveu a advogada.

Com relação aos desafios do uso da ferramenta, tanto Adriana Carvalho quanto Vania Franco indicam possíveis melhorias no sistema e também relatam a dificuldade de pessoas que não têm acesso à internet ou conhecimento de tecnologia. Na maioria das vezes, são jurisdicionados idosos e com menos condições financeiras que integram, com mais frequência, ações de natureza previdenciária.

Tecnologia

A implantação de uma ferramenta como o Balcão Virtual requer um grande envolvimento dos setores de Tecnologia da Informação (TI) dos Tribunais. “A área de TI tem papel estratégico neste processo de atendimento virtual e toda transformação digital que está ocorrendo. Estamos atuando cada vez mais alinhados, céleres e perenes às demandas do setor judicial e administrativo”, afirma Daniel Henrique Guimarães, diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF3 (SETI).

O aperfeiçoamento contínuo do sistema está entre os desafios a serem superados pela área de TI. Guimarães cita, como exemplo de futuras melhorias, a implementação de agendamento do atendimento, uso de *chatbot* (robô que repassa informações recorrentes), dados estatísticos das serventias judiciais, avaliação de atendimento e me-



lhorias do *lobby* (sala de espera virtual). Apesar de representar uma quantidade considerável de trabalho, a área está focada em fazer a entrega no menor tempo possível.

“A inovação tecnológica tem papel central na transformação do trabalho e do cotidiano de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Temos convicção de que o Balcão Virtual é um sistema fundamental para a comunicação pós-pandemia entre a Justiça Federal, o advogado e as partes. Sendo utilizado pelos servidores de forma presencial nas instalações físicas ou no teletrabalho, veio para ficar”, finaliza Guimarães. ■

Justiça 4.0

O Programa Justiça 4.0 do CNJ tem como objetivo promover o acesso ao Judiciário, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo que empregam novas tecnologias e inteligência artificial. Fazem parte do Justiça 4.0 a implantação do Juízo 100% Digital; implantação do Balcão Virtual; projeto da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), entre outros.

Manual do Balcão Virtual com orientações para partes e advogados: acesse [aqui](#)

TELEFONIA EM TRANSFORMAÇÃO

Existe uma grande responsabilidade a cargo do Setor Técnico de Telecomunicações (SETT) que é o trabalho da configuração e manutenção das centrais telefônicas da Justiça Federal de São Paulo. Também cabe ao setor o atendimento diário dos chamados de reparo feitos por servidores, a emissão de relatórios de chamadas telefônicas, a atualização do banco de dados do sistema de tarifação e a emissão de bilhetes, além do suporte e o acionamento das operadoras para os reparos nos links de telefonia.

As centrais telefônicas da JFSP são informatizadas e configuradas em rede, permitindo que o trabalho de manutenção seja realizado de forma remota em todas as unidades do estado. “A maior parte da demanda é realizada a distância, exceto em alguns casos específicos, como instalação de novos ramais, mudança de local do ramal, mudança de endereço ou quando ocorre algum defeito cujo reparo não é possível via acesso remoto ao equipamento”, explica o técnico em telecomunicações, João Osmar Ribeiro.

Desde o ano passado, com o início da pandemia de Covid-19 e a implantação do teletrabalho em toda a Seção Judiciária, surgiram novas demandas obrigando o setor a buscar soluções rápidas e efetivas. “Com os servidores atuando de casa houve a necessidade da utilização dos ramais da JFSP de forma remota, para estabelecer o atendimento telefônico do público externo”, exemplifica João.

Bem-vindo ao FaleWeb

A resposta encontrada para esse desafio foi a utilização de ramais digitais através da implantação do FaleWeb (software emulador de

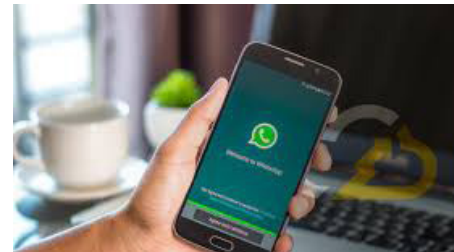
terminal telefônico que funciona no sistema operacional Windows). Inicialmente, essa tecnologia foi adquirida para utilização nos aparelhos físicos dos fóruns, mas acabou sendo adaptada para funcionar remotamente, sem a geração de novos custos para a instituição.

Antes da sua implantação, os técnicos da SETT consultaram a Diretoria do Foro e as subsecretarias a fim de dimensionar o interesse pelo aplicativo e a quantidade de ramais necessários em cada área. “Devido à quantidade limitada de ramais IP (Protocolo de Internet), tivemos de redirecionar as chamadas dos ramais analógicos. Além disso, elaboramos um tutorial explicativo para os usuários fazerem a instalação e a configuração do aplicativo”, conta o técnico em telecomunicações, Diego Tietz.

Uma vez instalado no computador, o FaleWeb substitui o uso do aparelho telefônico convencional, operando a comunicação através da tecnologia de voz sobre IP. Para isso o computador do usuário precisa estar conectado ao VPN (Rede Privada Virtual) através do aplicativo Cisco AnyConnect. “O software conta com todas as funcionalidades de um aparelho telefônico convencional e ainda permite criar agenda de telefones, possui identificador de chamadas e salva automaticamente o histórico das ligações. Também é possível programar a função siga-me para outro ramal, bastando para isso abrir um chamado através do SICAD”, elenca Diego.

WhatsApp Business

No mês de maio, a Diretoria do Foro anunciou uma nova medida para dar mais opções de comunicação



e atendimento aos advogados e jurisdicionados. Trata-se de um tutorial, elaborado pelo SETT, que apresenta o passo a passo para a instalação e configuração do aplicativo WhatsApp Business, através dos telefones fixos da SJSP. A ferramenta já vem sendo utilizada com sucesso em algumas localidades e o tutorial, acessível aos servidores através da página da intranet, auxiliará pessoas que optarem pela implantação desse canal de comunicação. O aplicativo, além de possibilitar a instalação em aparelhos corporativos, pode ser usado em telefones particulares permitindo o funcionamento concomitante do WhatsApp e do WhatsApp Business em um mesmo aparelho de celular.

De acordo com os técnicos do SETT, que já estudam implantar outra tecnologia para a interface web e que também poderá ser instalada em aparelhos celulares com sistema Android e IOS, a colaboração e compreensão dos servidores na implantação destes recursos tecnológicos têm sido fundamentais para a obtenção de um bom resultado final. Em relação ao FaleWeb, por exemplo, ainda há limitações como falta de suporte contratado. “Quando ocorre um problema, frequentemente a solução exige uma grande interação com o usuário e a atenção que dedicamos em cada atendimento é sempre correspondida com muita boa vontade”, comemora Diego. ■

COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, no dia 28/10/2020, a resolução CNJ nº 351/2020 que instituiu a “Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação” no âmbito do Poder Judiciário. A medida se aplica a todas as condutas de assédio e discriminação sobre as relações socioprofissionais e da organização do trabalho praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

A resolução estabeleceu, também, que cabe aos Tribunais a criação de comissões para o enfrentamento do assédio moral e sexual, além de um sistema para acolhimento. Na ocasião, o ministro Luiz Fux ressaltou a importância desse recurso para a superação das injustiças de gênero e todas as formas de discriminação. “Trata-se de um tema muito importante em um momento de afirmação frente às novas perspectivas de problemas no Judiciário, como assédio moral, sexual e a discriminação”.

No âmbito da Justiça Federal de São Paulo, o primeiro passo para a criação da “Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual” (Ceama) foi a realização da eleição para escolha de seus membros. Através de votação direta, os magistrados elegeram a juíza federal Maria Fernanda de Moura e Souza para presidir a Comissão, enquanto os servidores votaram e apontaram os nomes de duas servidoras para a equipe. Além disso, fazem parte da Ceama os representantes indicados pela Diretoria do Foro (juízes e uma servidora), Ajufesp, Sintrajud e Procuradoria da República em São Paulo.

Desde fevereiro, a Comissão realiza reuniões semanais onde os participantes apresentam a motivação e expectativa em relação ao projeto, além de realizar atividades de sensibilização e escuta de relatos de assédio. A partir do terceiro encontro, o grupo passou a trabalhar, com apoio do Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo (iJuspLab), no desenho das ações que pretende desenvolver.

A primeira percepção da juíza Maria Fernanda de Moura e Souza é que há um silêncio em relação aos casos de assédio, além da falta de dados seguros sobre o número de ocorrências. “As notícias de assédio não chegam de maneira formal às instâncias institucionais, só quando a situação já está muito grave e, na maioria das vezes, as pessoas não querem formalizar as denúncias. Falta um canal e um procedimento claro e seguro para o encaminhamento dos problemas de forma que as pessoas tenham confiança em romper o silêncio”, analisa.

Curso Ead e roda de conversa

Um dos primeiros objetivos da Comissão é a criação de um canal para o recebimento das notícias de assédio, cujo cronograma de implantação está previsto para o primeiro semestre deste ano. Até o final de 2021 devem acontecer outras ações concretas como a produção de materiais informativos, criação de fluxo de trabalho para tratamento das notificações recebidas e a inserção do tema assédio nos cursos de formação de juízes e servidores.

Outro aspecto importante e que deve ser eliminado, de acordo com a magistrada, é a desinformação sobre o problema. Dentro dessa linha de pen-



samento, em maio, aconteceu a roda de conversa virtual “Precisamos Falar sobre Assédio”, com a participação do mestre e doutor em Psicologia, Fernando Faleiros de Oliveira. A data escolhida para o evento foi logo após o “Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral” (2/5), que objetiva a conscientização, prevenção e combate a essa prática. “O ambiente de trabalho precisa ser um local seguro e saudável. O assédio e a discriminação devem ser combatidos com firmeza, prontidão e seriedade para não existir dúvidas de que trabalhamos em uma instituição que não tolera esse tipo de prática”, afirma a juíza.

Outra medida em andamento é o curso “Combate ao Assédio Moral e Respeito à Diversidade”, cuja primeira turma ocorreu em abril e a segunda está prevista para o mês de julho. O treinamento é na modalidade Ead, tem carga horária de 30 horas, 40 vagas por turma e faz parte da grade de cursos da Escola de Servidores. “O conteúdo programático contempla tópicos como definições e conceitos gerais; combate ao assédio moral e sexual; inclusão da pessoa com deficiência; respeito à diversidade e respeito ao diferente”, explica a tutora do curso, Mariana de Sá, servidora que faz parte da Ceama. ■

PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA PANDEMIA

A pandemia do Coronavírus chegou ao Brasil oficialmente em março de 2020 e, quando o país dava sinais de melhora, chegou o que os especialistas chamaram de segunda onda, aumentando o número de infectados e também de óbitos no início de 2021.

Há mais de um ano com rotinas exaustivas, os profissionais da área da saúde precisaram se reinventar para enfrentar tal situação. A Justiça em Revista conversou com três deles e todos foram unânimes em afirmar que o esgotamento emocional é mais sacrificante do que o físico. Acompanhe:

Arthur Angelo Zogheib Pinatto, médico cardiologista. Trabalha em uma UTI de Covid-19

Sentiu o plantão de 12h cansar como se fossem 24h ininterruptas em uma guerra contra um “inimigo invisível”. Fica triste quando vê a forma como a sociedade e alguns governantes lidam com a doença e diz que começou a refletir sobre o propósito da vida ser a qualidade dos dias vivenciados e não o que se acumula.

“Quando saio da UTI e vejo pessoas caminhando sem máscaras e notícias de aglomerações, é muito dolorido. Gostaria que fosse exposto como é difícil dentro dos hospitais para que as pessoas tivessem mais noção da realidade. É muito difícil comunicar um óbito. A disparidade entre mortes e a irresponsabilidade social e política aumenta nosso esgotamento emocional [...]. O cansaço físico é recuperável, mas o emocional é cumulativo. Costumo dar uma pausa de dois dias após quatro trabalhos para me reconectar com meu lar e com meus princípios, para ter força e continuar lutando. Comecei a fazer terapia

e tomar remédio antidepressivo, e sempre que posso vou para o interior, ora para a casa dos meus pais, ora para um outro lugar distante. Preciso me desligar.”

Kary Regina Marques, técnica de enfermagem. Trabalha em um PS Respiratório

A exaustão fez com que ela e alguns amigos tivessem que escolher apenas um dos dois hospitais em que trabalhavam, viu companheiros adoecerem, os plantões aumentarem e vive o distanciamento dentro de casa para preservar a família.

“Impossível não chorar e não se imaginar na história dos pacientes, pois penso que poderia ser alguém da minha família. O emocional mexe com a gente, quando acordamos com uma dor achamos que é Covid ou, às vezes, estamos contaminados, mas achamos que é paranoia, parece que deixamos de ser humanos [...]. Antes da pandemia, a primeira coisa que eu fazia ao chegar em casa era abraçar minhas filhas. Hoje eu fujo delas. A roupa que uso no hospital não sai de lá, eu me troco para ir para casa e ao chegar tiro essa roupa e os sapatos no quintal e vou direto para o banho. Eu sei dos riscos que levo até nos meus cabelos. Acabou o contato físico também com meus pais, não tem mais o deitar na cama para conversar um pouquinho [...]. O que ainda mantenho e me ajuda a relaxar é o hábito de conversar e saber como foi o dia da minha família. Além de tentar ler um pouco quando o sono deixa e às vezes fazer uma reunião online com as amigas.”

Márcio Roberto da Silva, enfermeiro. Trabalha em um PS Covid-19

Viu colegas sendo afastados por proble-



mas emocionais, vivencia o medo e a solidão dos pacientes e a difícil tarefa de conscientizar os acompanhantes sobre o necessário distanciamento.

“Estou há mais de um ano sem abraçar meus pais, há seis meses que faço visitas de longe, algumas vezes é somente oi e tchau pela janela. Lidar com o nosso medo e o do outro é uma tarefa difícil. Cuidei de um paciente duas vezes no PS e devido à piora clínica ele foi para a sala de emergência para ser intubado, ao ver que eu estava no local ele disse: - Ainda bem que você está aqui, estou muito ansioso e precisava ver um rosto conhecido. Durante a conversa ele segurou na minha mão e olhando firmemente nos olhos pediu que eu não a largasse durante a intubação, ele estava com muito medo de morrer. Foi difícil, mesmo com a voz embargada mantive a postura e dei o apoio que ele pediu. Graças a Deus ele ficou bem e depois ligou para agradecer o quanto foi importante se sentir acolhido.

Enfrentar essa realidade exige um momento individual de fuga, eu sempre procuro fazer alguma coisa que me traz tranquilidade. Após todo plantão eu tomo um banho bem demorado, isso me ajuda a revigorar. Outros refúgios são comer algo que me dê prazer, alguns minutos na piscina e uma boa conversa com amigos. Dividir as experiências sempre me ajudam bastante.” ■

SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS DE SÃO PAULO

No dia 29 de abril deste ano, em um artigo na *Historical Biology*, importante revista científica de paleobiologia, foram publicados os resultados da pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto/SP, em parceria com o Museu de Paleontologia de Monte Alto, sobre a descoberta de um gênero de dinossauro inédito na paleontologia, o *Arrudatitan*, que faz parte do grupo dos titanossauros e que vivia no interior de São Paulo.

O gênero tem apenas uma espécie, o *Arrudatitan maximus*, um dinossauro herbívoro de 22 metros, com pescoço e cauda longas, que viveu 85 milhões de anos atrás, no período Cretáceo, quando ocorreu a separação da Pangeia, uma massa continental que unia todos os continentes do planeta.

Os fósseis do *Arrudatitan maximus* foram encontrados em 1997, na zona rural de Cândido Rodrigues, pelo vendedor de frutas Ademir Frare e seu sobrinho, Luiz Augusto. A dupla avisou Antônio Celso de Arruda Campos, o professor Toninho, que foi precursor da paleontologia em Monte Alto. Foi em homenagem ao sobrenome do professor que os pesquisadores batizaram o novo gênero.

Mas não foi somente na região de Monte Alto que os dinossauros estiveram presentes milhões de anos atrás. Descobertas em diferentes áreas do estado fazem dele um importante polo de estudo paleontológico no país, como é o caso dos municípios de Angatuba, Itapeitinga, Presidente Prudente, Marília entre outros.

Fazendas do interior acabaram se transformando em verdadeiros sítios



Fêmur de titanossauro com 1,60 m de comprimento foi achado em propriedade rural no interior do Estado — Foto: Museu de Paleontologia de Monte Alto/Arquivo

paleontológicos após o registro de fósseis de animais pré-históricos. Além de terem importância científica, esses locais acabam atraindo visitantes, impulsionando o turismo rural.

Somente em Angatuba existem ao menos cinco sítios paleontológicos, sendo que a maior parte dos fósseis foi encontrada na área rural da cidade. Por exemplo, nos anos 70, numa pedreira da região, foram encontrados fósseis de um mesossauro. O réptil aquático viveu há mais de 270 milhões de anos e entrou em extinção. Hoje, muitos exemplares estão em universidades e museus, mas na época das descobertas alguns chegaram a sair do país e foram traficados ilegalmente.

Outro exemplo é o Parque dos Girassóis, em Presidente Prudente, rico em fósseis de aves e, graças a descobertas mais recentes, de serpentes do período cretáceo. Durante as escavações na zona sul da cidade, dois esqueletos do réptil foram localizados. Um deles tinha 60 vértebras e o outro, além de possuir cerca de 40 vértebras, estava acompanhado de fragmentos do crânio, desarticulado, e com dentes.

Além dos esqueletos de serpentes, também foi encontrado no Parque um crânio com aproximadamente 80 milhões de anos, associado a um esqueleto de ave e diversas pré-maxilas, com dentes, indicativo de que eram aves possivelmente carnívoras. Todos esses materiais ainda estão sob estudos científicos.

Marília é outra região do estado que é rica em fósseis jurássicos. Mais de mil exemplares já foram localizados, principalmente nas encostas das serras que circundam a cidade, em paredões de arenitos avermelhados do período Cretáceo.

No Museu de Paleontologia de Marília, atualmente fechado por conta da pandemia, os fósseis ocupam três cômodos de um prédio no centro da cidade. São oito espécies expostas, algumas conhecidas, como o crocodilo que recebeu o nome da cidade: *Marília Sucus*. Além disso, é possível ver o esqueleto do titanossauro mais completo do Brasil retirado de uma estrada rural entre Marília e Júlio Mesquita. ■

Outros locais ricos em fósseis jurássicos:

- Jazigo Icnofossilífero do Ouro, Araraquara/SP: pistas de tetrápodes do Jurássico
- Sítio Fossilífero de Pirapozinho/SP: depósito de quelônios do Cretáceo
- Mananciais (Campos do Jordão)
- Jazigo Rodovia Quiririm - Campos do Jordão, km 11, Tremembé/SP: macrofósseis vegetais do Terciário
- Fazenda Santa Fé, Tremembé/SP: a maior associação de fósseis do Terciário brasileiro

Fontes: Portal G1 / Museu de Paleontologia de Marília / Museu de Paleontologia de Monte Alto

EVENTOS E CULTURA



MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

O Museu Nacional é a mais antiga instituição científica do Brasil voltada à pesquisa e à memória da produção do conhecimento, hoje vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por meio do Google Arts & Culture (plataforma mantida pelo Google em colaboração com museus espalhados por diversos países), é possível voltar no tempo e fazer um passeio virtual, explorar a sua coleção registrada antes do incêndio e até mesmo conhecer Luzia, o fóssil humano mais antigo encontrado na América do Sul. Um verdadeiro mergulho na história! [🌐](#)



GALERIA UFFIZI EM FLORENÇA

Essa importante cidade italiana é, sem dúvidas, conhecida por respirar arte. A Galeria Uffizi é uma das mais importantes de Florença e apresenta entre os destaques de seu acervo obras como "O Nascimento de Vênus", de Botticelli, e a famosa "Medusa", de Caravaggio. Vale muito a pena percorrer os seus corredores (Google Arts & Culture) e conferir as exposições online no site oficial do museu que reserva muitas outras surpresas que encantam o visitante. [🌐](#)



ORQUESTRA FILARMÔNICA DE BERLIM

Considerada uma das melhores e mais famosas orquestras do mundo, a Filarmônica de Berlim disponibiliza várias de suas apresentações no site Digital Concert Hall. O acesso é geralmente pago, mas agora os concertos estão liberados gratuitamente. Para assisti-los, basta fazer um cadastro no site e inserir o código do voucher que fica em destaque na parte superior da tela. Confira! [🌐](#)



MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO MÉXICO

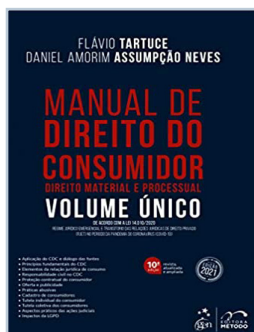
Essa é uma das principais atrações da cidade do México que agora pode ser visitada a distância. O museu conta com um acervo único e rico culturalmente. Seus maiores destaques são a Pedra do Sol (famoso Calendário Asteca) e as grandes esculturas que representam os deuses de Teotihuacán. Para não ter de esperar a próxima viagem, confira as atrações através de um passeio online. [🌐](#)



PROJETO GUAPIAÇU GRANDE VIDA

Por meio de um "tour 360 guiado", é possível conhecer esse projeto que tem como missão a proteção dos remanescentes florestais de Mata Atlântica e de sua biodiversidade, localizada na alta bacia do rio Guapiaçu. Escutar os sons dos pássaros da região, visitar os alagados e suas plantas aquáticas, conhecer o ciclo do carbono e a "sementeca", estão entre as atrações interessantes inclusive para as crianças. É necessário um realizar breve cadastro no site. [🌐](#)

LIVROS E FILMES



MANUAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR - DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL

Assunto: jurídico
Autores: Flávio Tartuce e Daniel Amorim Assumpção Neves

O livro traz os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor importantes para a seara material e processual, que são devidamente comentados e acompanhados de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais recentes. Os autores analisam exemplos práticos, retirados de sua experiência pessoal na advocacia. A edição de 2021 procura abordar os efeitos jurídicos decorrentes da pandemia de Covid-19 que trouxe muitas consequências para o Direito Privado, incluindo o Direito do Consumidor. O trabalho é direcionado a magistrados, promotores de justiça, procuradores, advogados e estudantes. Em razão da clareza de linguagem e de exposição dos temas, o livro também é valioso para os leigos que possuem interesse em conhecer o Direito do Consumidor.



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - A FUNÇÃO E OS LIMITES DO CONSENTIMENTO

Assunto: jurídico
Autor: Bruno Ricardo Bioni

A obra explora questões importantes baseadas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e na cultura jurídico-legal brasileira. O livro analisa a lei geral e a legislação setorial de proteção de dados pessoais no Brasil e leva em conta quais elementos dogmáticos e teóricos, nacionais e estrangeiros, são relevantes para identificar que o conceito de autodeterminação informacional vai além do consentimento. Aspectos sobre dados pessoais e anônimos e o legítimo interesse como uma das bases legais para o tratamento de dados são abordados pelo autor, que analisa também como o Direito e a tecnologia podem enfraquecer ou nutrir a capacidade do cidadão de controlar seus dados pessoais. Bruno Ricardo Bioni é mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e pós-graduado em Direito Civil e Consumidor pela Escola Paulista de Direito.

HOME VÍDEO



ROGUE ONE

15 de dezembro de 2016 / 1h 16min / Ficção científica, Suspense
DIREÇÃO: Gareth Edwards
ELENCO: Felicity Jones, Diego Luna, Ben Mendelsohn
NACIONALIDADE: EUA

Um grupo de heróis improváveis chamado Aliança Rebelde se une para realizar um movimento arriscado e rouba os planos da Estrela da Morte, arma responsável por destruir o Império.

Fonte: Adoro Cinema

CINEMA



CRUELLA

27 de maio de 2021 / 1h 34min / Comédia, Animação, Família
DIREÇÃO: Tony McNamara, Dana Fox
ELENCO: Emma Stone, Mark Strong, Emma Thompson
NACIONALIDADE: EUA

Ambientado na Londres dos anos 70 em meio à revolução do punk rock, o filme da Disney mostra a história de uma jovem vigarista chamada Estella (Emma Stone). Inteligente, criativa e determinada a fazer um nome para si através de seus designs, ela acaba chamando a atenção da Baronesa Von Hellman (Emma Thompson), uma lenda fashion que é devastadoramente chique e assustadora. Entretanto, o relacionamento delas desencadeia um curso de eventos e revelações que farão com que Estella abraçe seu lado rebelde e se torne a Cruella, uma pessoa má, elegante e voltada para a vingança.

facebook.com/JFSPpaginaOficial



INFORMAÇÕES
CAMPANHAS
NOTÍCIAS
AVISOS

VENHA CURTIR
E ACOMPANHAR AS
PUBLICAÇÕES OFICIAIS

